

Prezado(a) candidato(a):

Assine e coloque seu número de inscrição no quadro abaixo. Preencha, com traços firmes, o espaço reservado a cada opção na folha de resposta.

Nº de Inscrição

Nome

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA – NÍVEL SUPERIOR

Você se considera um empreendedor?

Ricardo Melo*

1 Muitas pessoas, ao ouvirem essa pergunta, respondem imediatamente que não, pois não são empresários ou comerciantes. Fato curioso essa associação imediata da idéia empreendedora a essas opções profissionais e o esquecimento de como a competência empreendedora está intimamente ligada a muitas outras escolhas e posturas.

2 O verbo empreender vem do latim *emprenhendo* ou *imprahendo* e quer dizer – a habilidade de executar uma tarefa. Com o tempo passou a ser sinônimo de ousadia, coragem e visão de futuro. Seja como for, é importante você parar para pensar em como é possível viver essa postura empreendedora.

3 Quando ouvimos falar de um estudante que vem do interior para a capital, ou de um jovem casal que assume o matrimônio, mesmo sem tantas facilidades materiais, estamos falando de atitudes empreendedoras em relação a vida.

4 Essa essência é a mesma que leva pessoas arrojadas a abrirem negócios, a se arriscarem em inúmeras situações em que haja ou não ganho material, mas que proporcione um senso de realização. Sendo assim, creio que todo ser humano é um pouco empreendedor, embora poucas pessoas tenham essa consciência e se esforcem por desenvolver essa habilidade.

5 E em momentos históricos como o nosso, em que se costuma falar de crise, nada melhor que alimentar nossa energia empreendedora e dela tirar substrato para construir uma mentalidade empreendedora. Pensar como um empreendedor é sempre procurar novos caminhos ou novas e melhores formas de caminhar.

6 É olhar para o horizonte, ver o que todos veem, mas enxergar o que poucos enxergam. É dar-se o direito de sonhar e agir para concretizar o sonho. E, acima de tudo, aliar persistência ao bom senso de se divertir enquanto vai em busca do que tanto deseja.

7 Utopia? Para algumas pessoas, sim, mas para quem realmente ama a vida e deseja vivê-la com intensidade é apenas mais uma postura mental a ser cultivada, que propiciará a seu portador grandes possibilidades de construir a sua própria história .

8 Você se considera um empreendedor? Ou, talvez, melhor: o que você pode fazer, a partir de agora para ser uma pessoa com pensamentos e atitudes mais empreendedoras?

(*Ricardo Melo é escritor, consultor e palestrante e especialista em coaching.)

QUESTÃO 01

A afirmativa que **NÃO** está de acordo com o texto é:

- a) o verbo empreender, no texto, significa a habilidade de dar vida aos próprios projetos.
- b) um empreendedor pode ser considerado aquele que tem dentro de si o dom de ousar, quebrar regras.
- c) o autor compara um empreendedor a um profissional preso a rituais e burocracias hierárquicas.
- d) as atitudes e competências de um empreendedor estão ligadas aos sonhos de realização.

QUESTÃO 02

O título "Você se Considera um Empreendedor?" tem o objetivo de:

- a) colocar em prática ideias nunca antes discutidas culturalmente.
- b) valorizar o novo perfil dos profissionais que ocupam cargos de hierarquia.
- c) persuadir o leitor sobre a necessidade de acompanhar as mudanças e quebra de paradigmas na área profissional.
- d) descrever situações empresariais, confrontando o velho e o arcaico sistema empresarial ao novo perfil mercadológico.

QUESTÃO 03

Observe o fragmento:

"É olhar para o horizonte, ver o que todos veem, mas enxergar o que poucos enxergam".

O verbo "ver", nesse contexto, obedece à mudança gráfica:

- a) das palavras paroxítonas terminadas em " e ", " o ", seguidas das consoantes nasais e que se formam por encontro vocálico.
- b) das formas verbais paroxítonas que contêm um " e " tônico oral fechado em hiato com a terminação " em " da 3ª pessoa do plural do presente do indicativo.
- c) dos vocábulos, em cujas vogais tônicas fechadas dos ditongos, que aparecem com formas verbais em 3ª pessoa do plural.
- d) Das palavras paroxítonas que, tendo respectivamente vogal tônica aberta ou fechada, são homógrafas, ou seja, têm a mesma grafia, de artigos, contrações, preposições e conjunções átonas.

QUESTÃO 04

A argumentação fundamentada entre os parágrafos 3 e 4 se dá por meio de

- a) estereótipos.
- b) repertórios.
- c) antíteses.
- d) analogias.

QUESTÃO 05

Observe o fragmento do 4º §:

“ Sendo assim, creio que todo ser humano é um pouco empreendedor, embora poucas pessoas tenham essa consciência e se esforcem por desenvolver essa habilidade.

Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, as circunstâncias indicadas pelos termos sublinhados:

- a) conclusiva e concessiva.
- b) conformidade e adversidade.
- c) condicional e causal.
- d) temporal e final.

QUESTÃO 06

O quinto parágrafo do texto tem como objetivo:

- a) Comparar o empreendedor a momentos históricos brasileiros.
- b) Contextualizar o momento no qual o texto fora produzido.
- c) Exemplificar as vantagens de um empreendedor.
- d) Enumerar as vantagens de um empreendedor.

QUESTÃO 07

Releia a seguinte passagem texto:

“Utopia? Para algumas pessoas, sim, mas para quem realmente ama a vida e deseja vivê-la com intensidade...”

O uso do termo “realmente” demonstra uma:

- a) conclusão do autor sobre o valor do verbo empreender.
- b) retificação ao termo questionado no início do parágrafo “ utopia?”
- c) condição da relação utopia com o verbo empreender.
- d) Opinião do autor sobre o valor do verbo empreender.

QUESTÃO 08

Fazendo um paralelo entre o título do texto “Você se Considera um Empreendedor?”, o 1º § e o último § do texto, pode-se afirmar que há:

- a) uma antítese, pois, segundo a tese defendida pelo autor, mudanças radicais podem prejudicar o comportamento profissional.
- b) Um distanciamento, porque a resposta do autor, no início do 1º §, não coaduna com as reflexões propostas, no final do texto.
- c) Uma conciliação das ideias, pois elas se justificam e a frase interrogativa no título se transforma em reflexão, para reposicionamento de atitude, no final do texto.
- d) Uma confirmação, no final do texto, sobre as perspectivas de mudanças de paradigmas no campo profissional.

QUESTÃO 09

Leia os textos seguintes:

TEXTO I

“É olhar para o horizonte, ver o que todos veem, mas enxergar o que poucos enxergam. É dar-se o direito de sonhar e agir para concretizar o sonho. E, acima de tudo, aliar persistência ao bom senso de se divertir enquanto vai em busca do que tanto deseja”.

(MELO, Ricardo)

TEXTO II

“Uma criança vê o que um adulto não vê. Tem olhos atentos e limpos para o espetáculo do mundo. O poeta é capaz de ver pela primeira vez o que, de tão visto, ninguém vê. Há pai que nunca viu o próprio filho. Marido que nunca viu a própria mulher, isso existe às pampas. Nossos olhos se gastam, no dia-a-dia, opacos. É por aí que se instala no coração o monstro da indiferença.”.

(RESENDE, Oto Lara. Vista Cansada)

O procedimento intertextual entre ambos os textos se dá por meio de:

- a) paródia.
- b) epígrafe.
- c) paráfrase.
- d) plágio.

QUESTÃO 10

Os termos em destaque, nos fragmentos retirados da Revista Você S/A, p. 45 – 55, correspondem aos referentes entre parênteses, **EXCETO**:

- a) “Trabalhar em um ambiente que estimule de verdade atitudes empreendedoras facilita na hora de criar coisas novas e de transformá-las em bons resultados no trabalho”. (=ATITUDES EMPREENDEDORAS)
- b) “É muito comum ver boas propostas serem descartadas. Isso acontece pela falta de um processo estruturado e integrado para desenvolver novos projetos e pela insegurança do gestor”. (=BOAS PROPOSTAS SEREM DESCARTADAS)
- c) “As empresas líderes em seus respectivos mercados já se deram conta disso e são elas as mais interessadas em identificar os intraempreendedores”. (=EMPRESAS LÍDERES).
- d) “Na prática, o que conta na hora da entrevista de emprego são as situações em que o profissional foi capaz de quebrar regras, quão crítico e questionador ele é, quanto de risco é capaz de correr e que impactos teve nos ambientes por onde passou”. (=O PROFISSIONAL).

**PROVA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
NÍVEL SUPERIOR**

QUESTÃO 11

Relativamente à perda do cargo efetivo, pode se afirmar que:

- I. pode ocorrer em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo assegurada a ampla defesa.
- II. pode ocorrer mediante procedimento administrativo de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada a ampla defesa.
- III. pode ocorrer na hipótese de descumprimento do limite de despesa com pessoal previsto constitucionalmente e disciplinado pela Lei Complementar 101/00, depois que houver a redução em 20% das despesas com cargo comissionados.

Analisando as afirmativas acima, verifica-se que estão **CORRETAS**:

- a) apenas I e II.
- b) apenas I e III.
- c) apenas II e III.
- d) I, II, III.

QUESTÃO 12

Quanto ao estágio probatório, pode se dizer que:

- I. São condições para alcançar a estabilidade no cargo de provimento efetivo: o transcurso de três anos de efetivo exercício e o atendimento aos requisitos apurados em avaliação especial de desempenho.
- II. O funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de aferição de sua capacidade.
- III. Será demitido o servidor em fase de estágio probatório que não for considerado apto, quando comprovado que não tenha condições referentes à capacidade e eficiência na execução de suas atribuições.

Analisando as afirmativas acima, verifica-se que estão **CORRETAS**:

- a) apenas I e II.
- b) apenas I e III.
- c) apenas II e III.
- d) I, II, III.

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os secretários municipais são remunerados exclusivamente por subsídios fixados em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
- b) Compete à União fixar a relação entre maior e a menor remuneração os servidores públicos municipais, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI, da Constituição.
- c) Compete ao Município instituir Conselho de Política de Administração de Pessoal, integrado por servidores designados pelo Legislativo e pelo Executivo.
- d) O cargo público é obrigatoriamente criado por lei, com denominação própria e em número certo, correspondendo-lhe valor de vencimento.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O provimento pode ser originário ou derivado. O primeiro é o que vincula inicialmente o servidor ao cargo, emprego ou função; pode ser a nomeação ou a contratação dependendo do regime jurídico de que se trate.
- b) Provimento é o ato pelo qual o servidor público é investido, mediante prévio concurso público, em cargo, emprego ou função.
- c) Promoção é forma provimento pela qual o servidor passa para cargo de maior grau de responsabilidade e maior complexidade de atribuições, dentro da carreira a que pertence.
- d) A reintegração, que decorrerá de decisão administrativa ou judiciária passada em julgado é o ato pelo qual o funcionário demitido reingressa no serviço público, com ressarcimento dos proventos e vantagens que houver deixado de receber durante o período de afastamento e quaisquer prejuízos deste decorrente.

QUESTÃO 15

Relativamente à nomeação, pode-se afirmar que:

- I. O candidato aprovado em concurso público tem mera expectativa de direito à nomeação. A aprovação em concurso não gera direito à nomeação apenas direito à não-preterição, na ordem classificatória.
- II. A partir da veiculação, pelo edital, da necessidade de a Administração prover determinado número de vagas, a nomeação e a posse, que seriam, a princípio, atos discricionários, de acordo com a necessidade do serviço público, tornam-se vinculadas.
- III. Se aprovado dentro da quantidade de vagas previstas no instrumento convocatório, o candidato tem direito subjetivo à nomeação para o cargo a que concorreu e foi habilitado.

Analisando as afirmativas acima, verifica-se que estão **CORRETAS**:

- a) apenas I e II.
- b) apenas I e III.
- c) apenas II e III.
- d) I, II, III.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A acumulação de cargos somente poderá ser admitida se a atividade inerente a um cargo for qualificável como técnica, isto é, aquela que produz a modificação concreta da realidade circundante por meio da aplicação de conhecimento especializado e outro for de professor.
- b) A Constituição estabeleceu ressalva para admitir a acumulação de cargos, quando esta ocorrer entre um cargo de atividade científica e outro cargo de atividade puramente burocrática.
- c) Quando se tratar de dois cargos de profissão regulamentada na área da saúde, é lícita a acumulação.
- d) Em caso de acumulação lícita de cargos públicos, será considerado o somatório das importâncias recebidas para efeito de cálculo do teto remuneratório previsto no art. 37, XI, da Constituição da República.

QUESTÃO 17

Não constitui direito dos servidores previsto na Constituição Federal:

- a) greve, exercida na forma da lei.
- b) revisão anual do vencimento, fixada mediante convenção coletiva, firmada pelo sindicato e Administração Municipal.
- c) isonomia de vencimento para cargo com igual atribuição e grau de complexidade, ainda que exercido por servidores de sexo e faixa etária diferentes.
- d) jornada de trabalho não superior a quarenta e quatro horas semanal e remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A comissão disciplinar de inquérito será nomeada para conduzir todos os atos do processo, sendo vedada a realização de diligências.
- b) A autoridade que tiver ciência ou notícia da ocorrência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, por meios sumários, compreendendo a verdade sabida e a sindicância.
- c) Quando ao funcionário se imputar crime praticado na esfera administrativa, o Prefeito providenciará para que se instaure simultaneamente, o inquérito policial.
- d) O prefeito poderá suspender preventivamente o funcionário, desde que o seu afastamento seja necessário para averiguação das faltas cometidas.

QUESTÃO 19

O Estatuto dos servidores prevê uma série de vantagens pecuniárias, dentre as quais **NÃO** se insere a gratificação:

- a) pela execução de trabalho de natureza especial com risco da vida ou da saúde.
- b) pela elaboração ou execução de trabalho técnico ou científico.
- c) pela participação de órgão legal de deliberação coletiva.
- d) pela dedicação exclusiva ao serviço público.

QUESTÃO 20

Quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável:

- a) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço público, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- b) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço prestado exclusivamente ao município, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- c) ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- d) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até a implantação de plano de demissão voluntária.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ADVOGADO**QUESTÃO 21**

Quanto à presunção de legitimidade dos atos administrativos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A presunção de legalidade consiste em presunção absoluta quanto à regularidade jurídica dos atos praticados pelo exercente da função administrativa.
- b) As decisões administrativas são de execução imediata e têm possibilidade de criar obrigações para o particular independentemente de sua concordância.
- c) A autoridade administrativa dispõe de poderes para gerar unilateralmente atos jurídicos oponíveis a terceiros, sem que haja necessidade de participação do interessado ou do Judiciário.
- d) A Administração pública goza da presunção *juris tantum* que implica na inversão do ônus da prova.

QUESTÃO 22

Em relação ao vício quanto a motivo do ato administrativo, assinale a afirmação **CORRETA**:

- a) A ilegalidade ocorre quando o resultado do ato importa em violação da lei, regulamento ou outro ato normativo.
- b) O vício consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidade indispensável à existência ou seriedade do ato.
- c) A ilegalidade ocorre quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
- d) A ilegalidade ocorre quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente na regra de competência.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os contratos administrativos são firmados em razão das condições pessoais do contratado, apuradas no procedimento licitatório, razão pela qual é legalmente vedada a associação do contratado com outrem, a cessão ou a transferência, total ou parcial contrato, mesmo quando expressamente prevista no edital.
- b) É prevista legalmente a alteração do projeto contratado ou de suas especificações, visando melhor satisfazer as necessidades estatais, dando ensejo a modificação da cláusula atinente à remuneração do contratado.
- c) A recomposição da equação econômico-financeira do contrato não está sujeita ao limite de 25% do valor original da contratação.
- d) Quando eventos supervenientes, produzidos por causas alheias à vontade das partes, tornarem impossível a execução da avença, o contrato será desfeito, sem sancionamento para qualquer das partes, assegurando-se ao particular a remuneração correspondente ao que tiver executado.

QUESTÃO 24

Quanto à remuneração na modalidade de concessão denominada parceria público-privadas, pode-se afirmar que:

- I. Na composição da remuneração do concessionário, conjugam-se a tarifa paga pelos usuários e a contraprestação pecuniária do concedente.
- II. A remuneração básica decorre da tarifa paga pelos usuários ou outra forma de remuneração decorrente da própria exploração do serviço.
- III. A remuneração se dá por contraprestação pela Administração Pública, hipótese em que esta é beneficiária direta ou indireta da prestação de serviço que envolva ou não a execução de obra, fornecimento e instalações de bens.

Analisando as afirmativas acima, verifica-se que estão **CORRETAS**:

- a) apenas I e II.
- b) apenas I e III.
- c) apenas II e III.
- d) I, II, III.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A criação do consórcio público será formalizada por meio de estatutos subscritos pelos chefes dos Executivos dos entes consorciados e após submetido à aprovação dos respectivos Legislativos, sem o qual o consórcio não será investido na titularidade do serviço de interesse comum.
- b) A criação dos consórcios públicos dependerá de lei ordinária autorizadora, editada por cada um dos entes federativos envolvidos, aprovando um protocolo de intenções prévio, firmado pelos chefes dos respectivos Poderes Executivos.
- c) A criação dos consórcios implica prévia autorização legislativa promulgada por cada um dos entes federados envolvidos, especialmente para aprovar contrato de programa acerca da prestação do serviço de interesse dos partícipes.
- d) O consórcio público será criado pelos entes federativos após editarem leis específicas que aprovem o contrato de rateio, determinando os valores e as condições de transferências de recursos por parte de cada um dos entes interessados.

QUESTÃO 26

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Sociedade de economia mista, como ente de natureza associativa, cujo patrimônio é composto por contribuições de diferentes sujeitos, destina-se a promover a associação entre o poder público e iniciativa privada.
- b) As autarquias são instituídas para desempenho de atividades tipicamente administrativas, sob regime de direito público. Antes da instituição da autarquia, essas competências eram de titularidade da administração direta.
- c) A distinção essencial entre autarquia e fundação pública reside em que esta desempenha atividades de interesse coletivo que não exigem atuação de uma entidade estatal, por meio da aplicação de prerrogativas próprias do direito público.
- d) Autarquia especial é uma pessoa jurídica de direito privado, instituída por ato legislativo sob a forma de Agência reguladora, para o desempenho de atividades destituídas de cunho econômico, de interesse coletivo, mantida com recursos públicos.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O relacionamento das empresas estatais com seus credores obedece ao regime de direito privado. O pagamento da suas dívidas se sujeita ao regime comum, seus bens são penhoráveis e não são titulares de prerrogativas processuais especiais.
- b) As empresas que recebem do ente controlador recursos para despesas de custeio ou de capital se sujeitam à restrição de autonomia gerencial e aos limites impostos pela Lei Complementar 101/00.
- c) Há possibilidade de atuação conjugada entre a OSCIP e uma organização administrativa, por meio do que se denomina termo de parceria, cujo conteúdo não difere do daquele denominado contrato de gestão, inclusive no tocante a limites e impedimentos.
- d) As organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs - configuram-se em uma nova espécie ou modalidade societária específica, além daquelas consagradas no direito civil.

QUESTÃO 28

Quanto à Imissão Provisória na Posse, **NÃO** se pode dizer que:

- a) alegada a urgência e mediante o depósito de quantia para tal finalidade arbitrada pelo juiz, poderá ocorrer a imissão provisória do expropriante na posse do bem objeto da desapropriação, inclusive liminarmente, antes mesmo da citação do requerido.
- b) a imissão provisória deverá ser providenciada no prazo improrrogável de cento e vinte dias, contados sem interrupção desde a declaração de urgência, que não poderá ser renovada.
- c) a declaração de urgência, para fins da imissão provisória na posse da coisa expropriada deve ser consignada, exclusivamente, no ato da declaração de utilidade pública do bem.
- d) a imissão provisória na coisa objeto da desapropriação, desde o início do processo, será concedida pelo juiz, se presentes alguns requisitos, antes mesmo que se estabeleça o valor definitivo da indenização.

QUESTÃO 29

Quanto à memória de cálculo apresentada pelo credor em processos de desapropriação, avalie as assertivas:

- I. A memória de cálculo deve corresponder ao valor atualizado da avaliação, bem como incluir os juros na forma especificada na sentença, mais os encargos de sucumbência correspondentes aos honorários advocatícios fixados e as despesas processuais.
- II. Juros moratórios são sempre de seis por cento ao ano, a contar do trânsito em julgado da decisão até o efetivo pagamento.
- III. Juros moratórios e compensatórios não podem ser cumulados em matéria de desapropriação, vez que isso implica em juros sobre juros.

Analisando as afirmativas acima, verifica-se que estão **CORRETAS**:

- a) apenas I e II.
- b) apenas I e III.
- c) apenas II e III.
- d) I, II, III.

QUESTÃO 30

Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública Municipal, citar-se-á a devedora para:

- a) pagar o requisitório, por intermédio do presidente do Tribunal de Justiça.
- b) pagar o precatório na ordem de apresentação à conta do respectivo crédito orçamentário.
- c) pagar em vinte e quatro horas, sob pena de penhora.
- d) opor embargos à execução, dentro do prazo de 10 dias.

QUESTÃO 31

Relativamente à licitação por meio de pregão, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A distinção entre as modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93 e o Pregão relaciona-se com o valor do objeto e a extensão dos requisitos quanto à habilitação. Enquanto que as modalidades comuns se vinculam a certo valor, a modalidade Pregão pode ser adotada para objeto de qualquer valor, ou seja, não há cabimento de questionar o valor da contratação para determinar a sua aplicabilidade.
- b) A Administração está obrigada a realizar o Pregão em face de circunstâncias qualitativas, isto é, a modalidade Pregão será cabível quando o bem ou o serviço não for comum.
- c) Enquanto as modalidades comuns de licitação estabelecem diferenças acerca do universo de potenciais participantes o Pregão não se prende a cadastro de licitantes.
- d) A estrutura procedimental do Pregão é absolutamente peculiar, com duas características fundamentais: renovação de lances pelos licitantes e inversão das fases de habilitação e julgamento.

QUESTÃO 32

Poder de polícia se revela por meio de ato normativo, como na seguinte hipótese:

- a) A construção clandestina em logradouro público está sujeita à demolição, não tendo o invasor de má-fé direito à retenção, nem à indenização pelo Município de eventuais benfeitorias.
- b) Não há exercício do poder de polícia na renovação de licença para localização, onde não há o que verificar, pois o estabelecimento é o mesmo que inicialmente foi licenciado.
- c) O direito de exploração de comércio em determinado local não inibe a municipalidade de alterá-lo em prol da comunidade.
- d) Coerção fática exercida por aparato físico como o ocorre na apreensão de mercadoria, constitui elemento discricionário da atuação estatal.

QUESTÃO 33

São elementos de responsabilidade objetiva do Estado, **EXCETO**:

- a) Não importa a natureza do dano: tanto é indenizável o dano patrimonial como o dano moral.
- b) Ao lesado cabe apenas demonstrar que o prejuízo sofrido se originou da conduta estatal, sem qualquer consideração sobre o dolo ou a culpa.
- c) Ainda que o agente estatal atue fora de suas funções, mas a pretexto de exercê-las, o fato é tido como administrativo, no mínimo pela má escolha do agente ou pela má fiscalização de sua conduta.
- d) Para configurar a responsabilidade estatal basta a simples relação entre ausência de serviço, por omissão do Estado e o dano sofrido, sem perquirir sobre a formação da vontade.

QUESTÃO 34

Relativamente à prescrição, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Ocorre em cinco anos a prescrição para obter reparação de danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- b) Ocorre em cinco anos a prescrição para que o Poder Público possa propor a ação de indenização em face de seu agente, com o fito de garantir o ressarcimento pelos prejuízos que o mesmo lhe causou.
- c) Ocorre em cinco anos a prescrição para a ação de execução fiscal.
- d) Verificada a existência da prescrição contra ou a favor da fazenda pública, o juiz poderá reconhecê-la de ofício.

QUESTÃO 35

Não se inclui entre limitações impostas ao município pela Lei de Responsabilidade Fiscal, quando a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite legal:

- a) revisar vencimentos na forma do inciso I do art. 37 da Constituição.
- b) conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração.
- c) criar cargos, emprego ou função.
- d) alterar a estrutura de carreiras que implique em aumento de despesas.

QUESTÃO 36

Quanto ao ato de improbidade administrativa, assinale alternativa **INCORRETA**:

- a) A lesão ao princípio da moralidade ou a qualquer outro princípio imposto à Administração Pública constitui uma das modalidades de ato de improbidade. Para ser ato de improbidade, não é necessária a demonstração de ilegalidade do ato; basta demonstrar a lesão à moralidade administrativa.
- b) O ato de improbidade em si, não constitui crime, mas pode corresponder também a um crime definido em lei.
- c) A natureza das medidas previstas na constituição indica que a improbidade administrativa, embora possa ter consequência na esfera criminal, com a concomitante instauração do processo criminal e na esfera administrativa, caracteriza um ilícito de natureza civil e política.
- d) O fato de a Constituição prever a perda da função pública entre as sanções cabíveis em caso de improbidade administrativa leva-se a conclusão de que se trata de sanção administrativa para punir um ilícito puramente administrativo, apurável em processo administrativo.

QUESTÃO 37

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Existe interesse de agir em mandado de segurança, quando o impetrante demonstra que uma ação ou omissão, apta a produzir lesão a seus direitos subjetivos encontra-se em vias de ser consumada.
- b) A autoridade impetrada será notificada para apresentar informações no prazo de dez dias. Não há condenação em honorários em caso de mandado de segurança e a sentença sujeita-se ao duplo grau de jurisdição obrigatório.
- c) Não se aplica ao mandado de segurança a disciplina atinente ao litisconsórcio passivo necessário, quando o ato impetrado envolva o interesse direito e imediato de outro sujeito privado.
- d) No caso em que a ação ou omissão impetrada for praticada por órgão colegiado, a legitimidade passiva será do presidente do órgão.

QUESTÃO 38

A afetação é um instituto jurídico relativo aos bens público, sobre a qual se pode afirmar que:

- I. Os bens de uso especial são os bens aplicados ao desempenho das atividades estatais, configurem elas ou não um serviço público e são considerados afetados, se estiver sendo utilizado materialmente para uso especial da administração, mesmo que não tenha havido ato formal correspondente.
- II. A perda das características essenciais e da aptidão a satisfazer necessidades comuns ou especiais autorizam a desafetação do bem público imóvel, que se efetiva por meio de lei específica.
- III. Somente é possível a transferência de domínio de bem público imóvel pertencente ao Município quando se tratar de bens dominicais; os demais são inalienáveis, enquanto conservarem sua afetação.

Analisando as afirmativas acima, verifica-se que estão **CORRETAS**:

- a) apenas I e II.
- b) apenas I e III.
- c) apenas II e III.
- d) I, II, III.

QUESTÃO 39

No tocante à edição das leis, considere:

- I. É vedado ao vereador a iniciativa de projetos de leis que disponham sobre serviços públicos, matéria tributária e orçamentária e pessoal da Administração.
- II. Uma Casa Legislativa composta por 17 [dezessete] parlamentares inicia a sessão com a presença de 12 [doze] parlamentares. No decorrer da reunião, 4 [quatro] parlamentares se ausentaram. Procedeu-se à votação, resultando na aprovação de um projeto, para a qual se exija o quórum de maioria absoluta. Temos no caso uma deliberação regular, vez que presente o quórum legal.
- III. O veto é o ato pelo qual o Chefe do Poder Executivo nega sanção ao Projeto – ou a parte dele –, obstando à sua conversão em lei por razões de inconstitucionalidade ou de contrariedade ao interesse público. O veto há de ser expreso e motivado, devendo ser oposto no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento do projeto, e comunicado ao Legislativo nas 48 horas subsequentes à sua oposição.

Analisando as afirmativas acima, verifica-se que estão **CORRETAS**:

- a) apenas I e II.
- b) apenas I e III.
- c) apenas II e III.
- d) I, II, III.

QUESTÃO 40

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O direito de petição previsto no art. 5º, XXXIV, "a", da CF supõe por consequência o direito de interposição de recursos. Com efeito, hipóteses de arbitrariedades e condutas abusivas por parte de maus administradores devem ser corrigidas pelos agentes superiores.
- b) A Administração deve anular seus atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- c) São suscetíveis de revogação os atos discricionários; os atos que exauriram os seus efeitos e os atos integrativos de procedimentos administrativos.
- d) As decisões que invalidam o ato operam efeito *ex tunc*. O ato nulo nunca será sanado nem terceiros podem reclamar o que ato ilegítimo não poderia gerar.